

Mapa do fim da fome: o retorno



**MARCELO
CÔRTEZ
NERI**

O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas lançou recentemente o Mapa do Fim da Fome II onde calculamos a proporção de pessoas com renda per capita inferior a 79 reais mensais (a preços de São Paulo na data do Censo).

Um em cada três brasileiros figuram nesta categoria, cerca de 56 milhões de pessoas. O estudo também calcula quanto custaria para completar a renda de cada brasileiro até a linha de R\$ 79. Isto é, o menor valor das transferências capazes de içar cada miserável até o piso de suas necessidades básicas. Por exemplo, quem recebesse a renda de R\$ 1 ganharia R\$ 78, e vice-versa. Enquanto, quem recebesse renda de R\$ 79, ou mais, não receberia nada. A insuficiência de renda geral da sociedade brasileira em relação ao parâmetro de R\$ 79 arbitrado seria de cerca de 2,3 bilhões mensais, cerca de 4,7% da renda das famílias. O passo seguinte foi ratar este valor agregado por brasileiro: 14 reais mensais.

Se 56 milhões de miseráveis incomodam muita gente, 14 reais por brasileiro incomodam, incomodam, muito mais!! Este pequeno grande número se refere

ao valor mínimo mensal por brasileiro capaz de içar a renda de cada miserável até a renda de R\$ 79. Os dois números citados derivam da mesma linha de miséria: não dá para achar um número muito alto e o outro muito baixo. São duas faces da mesma nota de R\$ 79 num país desigual por natureza. Pouco para uns, inatingível para outros. O número grande revela a gravidade do problema e o pequeno a factibilidade da solução.

Mas este exercício não deve ser lido como uma defesa de políticas específicas, e sim como uma referência ao custo de oportunidade social da adoção de políticas desforçadas. O dado é útil para traçar o alvo das políticas e organizar suas fontes de financiamento. Vejamos um exemplo na linha de políticas compensatórias: a proposta de universalização das transferências de rendas de Eduardo Suplicy, segundo a qual cada brasileiro — inclusive os ricos — terá direito a uma renda mínima. O custo de universalizar uma renda mínima de R\$ 79 seria 26,6% da renda das famílias, ou 5,6 vezes o valor da perfeita focalização supra-citado.

É verdade, ainda, que o cálculo da despesa da focalização perfeita assume custos operacionais nulos mas este também é o caso do cenário da renda mínima universal. Uma vantagem de universalizar é não gerar incentivos à informalização das relações trabalhistas. Por outro lado, é muito mais difícil fiscalizar a

operação de programa que atinge um contingente três vezes maior.

Existe ainda uma versão estrutural do déficit social de 14 reais por brasileiro. O conceito de dívida social corresponde ao estoque que daria origem prospectivamente a esse fluxo. Isto é, qual seria o montante a ser aplicado de uma só vez que geraria os recursos necessários para saciar o dia-a-dia da miséria. A resposta a esta pergunta depende da taxa de retorno do capital transferido assumida. Por exemplo, se aplicássemos os 0,5% ao mês da caderneta de poupança, R\$ R\$ 14 mensais transferidos perpetuamente corresponderiam a um estoque de R\$ 2800. Já se a taxa de juros fosse 2% ao mês a dívida social por não-miserável seria de R\$ 700 e assim por diante.

Estes exemplos são apenas pedagógicos, pois frisam a importância como objeto de política pública de natureza estrutural não só o foco da transferência de capital como a sua respectiva taxa de retorno. Isto é, a sua capacidade de alterar a vida dos beneficiários. Quanto mais alto o retorno do capital transferido (ex: educação, terra, dinheiro etc) menor seria o montante necessário para se chegar ao menor custo de um programa estrutural capaz de eliminar a miséria. Obviamente, o fluxo de R\$ 14 mensais é muito menor do que o estoque de R\$ 700, o que decorre do fato de que aliviar a miséria é mais barato do que erradicá-la. Isto acontece quando olhamos para os sucessivos períodos que estão

por vir e não apenas para miséria presente. É preciso transcender o campo conjuntural da distribuição da insuficiência de resultados correntes e encarar o universo bem mais complexo e desafiador da distribuição das oportunidades.

Alguns preferem interpretar os 14 reais como uma campanha de doação de recursos na linha daquela proposta por Betinho a mais de uma década atrás. Neste caso é interessante dividir a população brasileira entre receptores e doadores de recursos. Se ratermos o déficit social de 2,3 bi mensais pelos 56 milhões de miseráveis a transfe-

O objeto de políticas estruturais é não só o foco da transferência de capital (como por exemplo educação, terra, dinheiro) mas a sua respectiva taxa de retorno

rência média recebida seria de R\$ 42 reais mensais por beneficiário. A pergunta complementar é quanto de renda deveria ser transferido por cada pessoa que está acima da linha de miséria. Isto é, olhamos o problema agora na perspectiva dos 112 milhões de não miseráveis. Este número é de R\$ 21 por mês em média. Obviamente, se mudamos a linha de miséria arbitrada as transferências de renda também mudariam. Por exemplo, se arbitrássemos uma linha de 30 reais por pessoa, o custo por não miserável cairia de R\$ 21 para R\$ 3.

Os R\$ 14 deveriam funcionar apenas como uma referência de quão factível é a erradicação da miséria num país com o nível e a desigualdade de renda brasileira. Na verdade, este ponto não é novo. José de Castro disse nos anos 40: "O mundo dispõe hoje de recursos e tecnologia suficientes para que a fome fosse totalmente erradicada do planeta". Se isso era verdade há sessenta anos atrás é muito mais verdadeiro hoje, no Brasil. A vantagem do Mapa do Fim da Fome já em 2001 foi demonstrar isso de maneira simples e tangível.

Falamos de milhões ou bilhões de reais não diz muito ao cidadão comum. O Mapa do Fim da Fome II além de constituir um banco de dados mais completo sobre carências e riquezas da população no âmbito de algumas localidades permite cada um enxergar a sua vizinhança desde uma perspectiva própria. Por exemplo, o déficit social da Rocinha é de 575 mil reais mensais, o que daria cerca de 3,56 reais mensais por cada não miserável da região administrativa vizinha da Lagoa (inclui Ipanema e Leblon), a mais rica da cidade. No entanto, para saber qual é o investimento social com o maior retorno, tem de participar.

Marcelo Cortes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Retratos da deficiência no Brasil", "Cobertura previdenciária, diagnóstico e prescrições de políticas" e "Ensaios sociais". E-mail: mneri@fgv.br